

Apresentação

Volume 9, Número 17, janeiro/junho de 2022

História, infâncias e direitos humanos: processos políticos, legais e ações socioassistenciais

Humberto da Silva Miranda¹

José Carlos da Silva Cardozo²

É inegável que a pandemia Covid-19 afetou a população mundial de alguma forma. Nenhum sistema político e econômico no planeta ficou alheio as consequências dessa crise sanitária e humanitária; mais do que isso (se já não fosse o bastante) a Covid-19 revelou de forma clara as contradições entre os seres humanos. Se vivemos na era da globalização intensa, percebemos a carência de um projeto global de desenvolvimento; temos a ciência que a natureza clama por socorro, mas não adotamos políticas reais de sustentabilidade; estamos conectados pelos mais variados meios digitais, mas sobrecarregados de desinformação; temos a compreensão que a democracia é o melhor caminho para a gestão da sociedade, mas flertamos com o autoritarismo. A pandemia revelou o lado “oculto da lua” e o que vimos não é bom.

Agora que você, amigo leitor, maximizou tudo isso (junto com outros dilemas que nem apontamos), diminua seu foco de observação para as crianças e adolescentes no Brasil nesse período pandêmico. A partir do estudo intitulado “Pobreza Infantil Monetária no Brasil – Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes³”, lançado neste ano pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), percebemos que o Brasil precisa, de forma urgente e mais do que nunca, investir em políticas de

¹ Doutor e Pós-Doutor em História (UDESC). Professor Adjunto na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Docente Permanente do PPGH/UFRPE.

² Doutor e Pós-Doutor em História Latino-Americana (UNISINOS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Docente Permanente do PPGH/FURG.

³ DUQUE, Daniel. **Pobreza Infantil Monetária no Brasil – Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes**. Brasília: UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/17881/file/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil.pdf>>.

Acesso em Junho de 2022.

proteção social perenes e de longo prazo, pois o estudo demonstrou que as crianças e adolescentes foram os mais afetados pela “pobreza monetária” no Brasil. Por mais que as famílias tenham recebido “Auxílio emergencial” do governo federal, o mesmo, segundo a pesquisa, colaborou para diminuir o impacto, mas não resolveu a situação, sendo agravado quando o benefício foi reduzido ou suspenso.

Com dados de 2020 e uma projeção com os de 2021, a pesquisa buscou entender os impactos da pobreza monetária (definida assim para aqueles que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia) e a extrema (que é viver com menos de US\$ 1,90 por dia) nas crianças e adolescentes na pandemia de Covid-19. Essas informações apontam que até 2020, 40% das crianças e adolescentes viviam em pobreza monetária, contra 20% dos adultos. Quanto a extrema, os dados eram de 12% e 6% para os grupos.

Devido à pandemia, e os impactos da crise econômica, o Congresso Nacional aprovou o Auxílio emergencial de R\$ 600,00 (cabe destacar que a pesquisa aponta que houve momentos de suspensão e alteração nesse valor entregue a população que poderia receber o benefício).

O dado que mais nos chamou a atenção na pesquisa da UNICEF foi que, no período em que o benefício era pago integralmente, a pobreza monetária infantil caiu dos 40% para 35%; contudo, com a redução do valor do Auxílio Emergencial, a porcentagem aumentou para 39% - muito próximo ao período pré-pandêmico, quadro que se repetiu com a pobreza monetária extrema que no período, caindo de 12% para 6% e voltando para um percentual próximo ao período antes da pandemia (10%).

Essa pesquisa nos fez refletir sobre a importância do poder público para a redução da pobreza monetária que envolve as crianças e adolescentes no Brasil. Fica demonstrado que há a necessidade de resolução da pobreza por meio de ações que dure um período médio e longo de tempo para fortalecer as políticas de proteção social das famílias, principalmente daquelas que possuem crianças e adolescentes em seu núcleo. Isso é aplicação dos Direitos Humanos para essa parcela significativa da população que, na maioria das vezes, não tem voz ou força para pleitear seus direitos.

No presente dossiê temático, buscamos relacionar a história com os direitos humanos, pois entendemos que nas últimas décadas, no Brasil e na América Latina, a historiografia das infâncias tem se preocupado em analisar a questão dos Direitos Humanos e sua interface o público infantojuvenil, problematizando as mudanças e permanências que norteiam os processos políticos, legais e as ações socioassistenciais. Do tempo da caridade ao que podemos chamar de “era dos direitos”, diferentes práticas

discursivas e sociais foram produzidas no sentido de conceber a criança como objeto dos interesses adultos ou de reconhecê-las como sujeitos de direitos.

Inaugurando este dossiê temos o artigo intitulado *Evolução dos direitos da criança e do adolescente: uma retomada histórica* escrito por Nayara Benedita Maria de Oliveira, Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali e Luiz Carlos Andrade de Aquino que pretendeu refletir sobre a evolução, conquistas e a aplicação dos direitos para as essa parcela da população, com destaque para o Brasil. Continuando da esteira dos direitos, temos o texto *Olhares sobre os direitos das infâncias e juventudes a partir da cidade de novo Hamburgo, Rio Grande do Sul*, escrito por Bárbara Birk de Mello, Norberto Kuhn Junior e Margarete Fagundes Nunes que, no contexto da redemocratização e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, analisa o processo de implementação do Conselho Tutelar na cidade de Novo Hamburgo, cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS.

Silvia Maria Favero Arend publica o texto *Filiação adotiva, civilização e direitos humanos: o caso da menina indígena Korikrã (Santa Catarina/Brasil, 1905-1936)*, no qual analisou o ideal de progresso frente as questões envolvendo a aculturação dos indígenas, em especial apresentando o caso de filiação adoção de uma menina Xokleng no sul do Brasil. Já Humberto Silva Miranda, no trabalho intitulado *O juiz, os comissários de menores e os “morcegaadores” (Recife - décadas de 1960-1970)*, se detém sobre o cotidiano das crianças pobres, em situação de abandono ou em conflito com a lei por meio do jornal Diário de Pernambuco, o qual potencializou problematizar como foram produzidas as formas de controle social sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, no período marcado pela implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. O artigo intitulado *Famílias confinadas, infâncias desprotegidas: apontamentos sobre os impactos da pandemia da Covid19 sob a égide do governo Bolsonaro*, escrito por Mirella Cavalcante Vilar Lima e Raquel de Aragão Fernandes Uchôa, analisou os impactos que das medidas de confinamento social sobre a capacidade protetiva das famílias brasileiras em relação às suas crianças e adolescentes. Em *História para o Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular: uma reflexão a partir da teoria crítica do currículo*, Ricardo José Lima Bezerra, José Nilson Fernandes da Silva Filho e Maria Sthefanie Lima Ferreira, discutem a BNCC para o ensino de História relacionando com a fase do ensino fundamental. José Edimar de Sousa e Elise Testolin de Abreu, no texto intitulado *A infância em Caxias do Sul/RS nas memórias de egressas do “jardim” do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer (1946-1956)*, procuraram compreender os sentidos atribuídos à infância numa cidade da serra gaúcha por meio da história oral e documentos de um grupo

escolar. Em *O que as representações do cansaço materno podem informar sobre as crianças?*, de Ricardo Cortez Lopes, somos convidados a acompanhar o estudo sobre o cansaço das mães frente as representações sociais sobre as crianças. Encerrando o rol de artigos circunscritos ao dossiê, temos o texto de Lucas Paes do Amaral, Viviane Maria da Silva Pimentel Amorim Rabello e José Almir do Nascimento, intitulado *O trabalho infantil revelado pelo concurso arte-livre: uma análise dos desenhos produzidos por crianças e adolescentes de Pernambuco*, em que realizam uma discussão sobre a representação que crianças e adolescentes fizeram sobre a exploração do trabalho infantil.

Na presente edição, temos o artigo livre intitulado *Da escravidão a consolidação das leis do trabalho: o que mudou nas relações de trabalho?*, escrito por Luiz Gustavo Bezerra de Melo e Márcio Ananias Ferreira Vilela, que se associa a temática do dossiê na medida que busca realizar uma reflexão sobre a evolução das leis trabalhistas no Brasil, transcurso que envolveu (e ainda envolve) um número grande de crianças que colaboram no orçamento familiar.

Por fim, temos a entrevista realizada por Marina da Silva Schneider e Silvia Maria Fávero Arend com uma das pesquisadoras mais destacadas da História das infâncias e juventudes na América Susana Sosenski, da Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM) intitulado *Infancias en perspectiva: experiencias, desafíos y escrito historiográfico sobre los niños en America Latina* no qual conta sua trajetória pelo campo de estudo, contribuições e principais desafios.

Este dossiê *História, infâncias e direitos humanos: processos políticos, legais e ações socioassistenciais* teve o objetivo de reunir trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e da América Latina, que vêm se dedicando em investigar a relação entre as infâncias e os direitos humanos, em diferentes tempos e espaços. A partir de uma abordagem (inter)transdisciplinar, reunimos investigações que contemplaram a atuação dos movimentos sociais, as políticas públicas e legislações, as propostas educacionais e da assistência social e a participação das crianças e adolescentes nesses processos de mobilização em defesa dos Direitos Humanos na História e no Ensino de História. As ações do Estado devem ser mais contundentes e de médio e longo prazo, a história, a luta e defesa pelos direitos humanos demonstram isso.